

O ÁRABE EM GOIÂNIA – SUA VIDA AQUI

Maria Aparecida Yasbec Sebba¹

–“A gata pare no forno, vai nascer bolinho?” Este é um dos exemplos da sabedoria de minha avó. Estávamos conversando sobre a nossa nacionalidade. Havíamos nascido no Brasil – éramos brasileiros. Mas para vovó, não era bem assim. Sempre me recordo deste episódio; ele faz parte das histórias que contamos de nossa avó. Depois de muito tempo, eu soube que poderia ser chamada de árabe-brasileira ou libanês-brasileira. Então, não era só brasileira. Para mim, que sou da terceira geração, não me parecia possível, naquela época do episódio, ser libanesa. Pensava em minha nacionalidade que era determinada pelo local de nascimento e nem pensava em questões de identidade. Mas sentia uma sensação de certo orgulho e também me empolgava quando tinha que explicar a origem de meu nome, ou quando ia a uma festa árabe com minha avó e via uma apresentação de dança do ventre ou os árabes presentes dançar o *dabke*. Sim, mais uma identidade que tenho e, acredito, por causa dela me incumbiram de escrever este artigo sobre os árabes em Goiânia.

Sem saber por onde começar (dizer isso pode até parecer engraçado), eu resolvi ler o livro da professora Heliane Prudente Nunes, *A imigração árabe em Goiás* (NUNES, 2000). A autora relata a trajetória desses imigrantes de sua terra natal até Goiás em um período de noventa anos – de 1880 até 1970. Os árabes são um dos grupos étnicos mais expressivos em nosso estado. Não podemos, no entanto, precisar qual é o número hoje, considerando tanto o imigrante quanto os seus descendentes. E quem são os árabes? Por árabes, hoje, podem

¹ Professora assistente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás . E-mail: <yasbec@brturbo.com.br>.

ser considerados aqueles que falam a língua árabe, ou aqueles que são oriundos da Península Arábica, ou ainda aqueles de um dos vinte e dois países da Liga Árabe, dentre eles Argélia, Qatar, Iraque, Kuwait, Líbia, Palestina, Síria e Tunísia. No entanto, esta denominação pode ser apenas conveniente ou muito geral e vaga para muitos desses povos que, apesar de falarem a mesma língua e serem vizinhos, são muito heterogêneos. A própria língua não é homogênea, ou seja, ela apresenta vários dialetos, o que torna a compreensão entre os membros desses povos difícil, por vezes. Além da língua, outras questões de identidade podem contribuir para a reação de estranheza de um sudanês, por exemplo, ao ser chamado de árabe, o que poderia não ocorrer com um libanês (*Carta na Escola*, 2009).

Como podemos observar, a denominação *árabe* ou *povo árabe* para eles transcende muito mais do que referências linguísticas ou geográficas. Há muito mais sentimento de pertença ou identificação com o país ou aldeia de onde vêm do que com o de cidadão do Mundo Árabe. Segundo pesquisa realizada pela Universidade de Maryland, no Egito, na Jordânia, no Líbano, em Marrocos, na Arábia Saudita, e nos Emirados Árabes Unidos, a identidade mais importante para eles é ser cidadão de seu país e somente depois se consideram árabes. Para a pergunta ‘Qual das seguintes é a sua identidade mais importante?’ as respostas obtidas foram: 35% Cidadão do seu país; 32% Árabe; 32% Muçulmano; 1% Cidadão do Mundo (*ibidem*, p.19).

Os conflitos vividos no mundo árabe levaram e ainda levam muitos a procurar outras terras na Europa, na Oceania e nas Américas. Tendo como causas da emigração fatores políticos, religiosos e pressões demográficas e socioeconômicas, as primeiras correntes migratórias árabes chegaram ao Brasil a partir das três ou duas últimas décadas do século XIX². Em sua maioria, os imigrantes eram sírios e libaneses que, a princípio, eram registrados como turcos por terem passaportes emitidos pelo império turco-otomano que os dominava (NUNES, 2000; WANIEZ; BRUSTLEIN, 2001; TRUZZI, 2001; TRUZZI, 2007)³. A Síria, então, “era uma pro-

2 De acordo com Safady (1966), citado por Nunes (2000), os primeiros libaneses chegaram ao Brasil em 1887, mas Knowlton (1961), citado pela mesma autora, diz que, segundo dados do Departamento Nacional de Imigração, árabes teriam entrado em nosso país em 1871 – 156 sírios e libaneses entre 1871 e 1891.

3 Os sírio-libaneses foram registrados em sua entrada no Brasil como sírios a partir de 1892 (NUNES, *ibidem*).

víncia do Império Otomano, que incluía o distrito administrativo semi-autônomo do Monte Líbano” (NUNES, *ibidem*, p.17). Como se pode ver, o Líbano era parte da Síria e seus habitantes foram considerados imigrantes sírios até 1926, quando, a partir de então, foram considerados uma nacionalidade independente (*idem, ibidem*). O Líbano como é conhecido hoje se tornou independente em 1943⁴.

A vinda dos árabes para Goiás se deu a partir da última década do século XIX, com um afluxo maior na década de 1920. Os árabes que chegavam a Goiás nessa década procuravam se estabelecer nas cidades ao longo da Estrada de Ferro⁵ e muitos se mudavam quando a Estrada avançava adiante para outras localidades. O potencial econômico do estado ou os laços de parentesco, ou seja, a presença de familiares no estado são as duas razões mais mencionadas pelos imigrantes entrevistados por Nunes (*ibidem*) pela escolha de Goiás. Em outras palavras, o desejo de melhorar o padrão de vida de seu país, e a possibilidade de isto ser concretizado pelo que Goiás podia oferecer, trouxe os árabes, sírio-libaneses em sua maioria – os palestinos e os egípcios são, comparativamente, em número menor, para Goiás. Além desse fator, manter-se perto de familiares e patrícios facilitava a estadia no novo mundo, e por isso, procuravam se estabelecer onde os seus se encontravam.

4 Os turcos ou otomanos ocuparam o Líbano – a região da Grande Síria, na verdade – em 1516 e permaneceram até o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918. Em 1920 o *Estado (independente) do Grande Líbano* foi proclamado, mas sob protetorado francês (assim como foi a Síria). Em 1926 o Grande Líbano tornou-se uma república parlamentarista. A independência veio efetivamente em 22 de novembro de 1943 (EDDÉ, 2001).

5 As cidades por onde a Estrada de Ferro passava no sudeste goiano são Cumari, Goiandira, Ipameri, Catalão, Roncador, Pires do Rio, Vianópolis, Silvânia, Leopoldo de Bulhões, e depois Anápolis e Goiânia. (NUNES, 2000).

Goiânia, por sua vez, atraiu os imigrantes pelas oportunidades que sinalizava com sua construção na década de 30. Muitos vieram para Campinas que, na época, tinha deixado de ser um pequeno município para se tornar um bairro da nova capital. E ali muitos árabes se tornaram pioneiros e prosperaram no comércio, em geral. Moravam, normalmente, no fundo da loja que era dirigida pelo patriarca ajudado pela esposa e filhos. Com o crescimento da cidade, eles transferiram suas lojas e também se mudaram para outros setores. Com isso, houve a dispersão daquele nicho da colônia que também podia ser visto no centro da cidade, principalmente na Avenida Araguaia e na Rua Quatro. Hoje, ainda encontramos lojas desses imigrantes nessas vias, mas não na mesma proporção que há quarenta ou mais anos atrás. Eles estão dispersos pela cidade que cresceu absurdamente. O comércio iniciado na mascateação assim que chegavam tornou-se o meio mais viável para se ganhar a vida. Apesar de serem, em sua maioria, aldeões, ao chegarem ao Brasil evitavam trabalhar na lavoura, mesmo porque viram que imigrantes de outras nacionalidades já tinham optado por este caminho e logo perceberam que podiam seguir outro. E a perspicácia para a negociação os fez prosperar de simples mascates a donos de lojas.

Ao alcançar estabilidade financeira, poucos voltaram para sua terra natal, o que contrariava o projeto inicial de emigração de se fixar temporariamente no novo país somente para adquirir capital e depois, então, retornar à pátria. A maioria foi ficando, conseguiu enviar ajuda econômica a seus parentes distantes, mas decidiu aqui permanecer por ter criado raízes – laços afetivos familiares e estabilidade socioeconômica. Segundo Prudente (2006), em sua pesquisa cujo objetivo foi investigar a situação sociolinguística de árabes e seus descendentes

de segunda e terceira geração em Goiânia, 16 dos 33 participantes de sua pesquisa são imigrantes. Eles chegaram aqui entre 1950 e 2000. Dez são mulheres e seis são homens, onze deles chegaram aqui entre 1974 e 2000 (dados fornecidos pela pesquisadora). De acordo com a pesquisadora, na época da coleta de dados (2003-2004) dez participantes – nove mulheres e um homem – vieram por motivos de casamento. Dos 16 imigrantes, um era solteiro e dez eram casados com libaneses, “quatro com descendentes de libaneses de segunda geração e o único participante sírio casou-se com uma descendente síria” (PRUDENTE, *ibidem*, p. 90) – casamentos intra-étnicos. Desses imigrantes, apenas dois deles tinham o desejo de retornar ao país de origem e um não sabia dizer se queria voltar. Os treze participantes que não queriam mais voltar alegaram que já tinham estabelecido “suas próprias redes sociais e familiares na cidade” e acreditavam que não se readaptariam “à vida e aos costumes do antigo país” (*idem, ibidem*, p. 93). Um participante de segunda geração demonstra em sua fala que seus antepassados, como seu pai, vinham para fugir da guerra, ou tentar uma vida nova com melhores condições. Sofreram muito durante todo o processo e, apesar do saudosismo, como ele mesmo afirma, eles não queriam voltar.

Em 2010 eu entrevistei dois imigrantes a respeito dos motivos da emigração, do modo de adaptação em Goiânia, do contato que mantêm com seus parentes e do desejo de retornar a seu país de origem para viver. Eles demonstram características semelhantes aos relatos encontrados em Prudente (*ibidem*) e em Nunes (*ibidem*).

Primeiramente, entrevistei Eddy⁶, um libanês cristão maronita⁷ que veio para o Brasil em 1993. Antes de vir para Goiânia, ficou apenas quinze dias em São Paulo. Veio sozinho deixando mãe, irmãos e avó no Líbano. Ele tinha conhecidos e um tio aqui em Goiânia, “alguma referência e apoio, apoio moral, alguma coisa que [eu] poderia receber aqui”, fato que contribuiu para escolher a cidade. Entretanto, ele ressalta que a realidade hoje é diferente, que a receptividade ao imigrante mudou, e ele próprio teve de se “virar”.

6 Os nomes usados no artigo são pseudônimos escolhidos por mim para resguardar a identidade de meus entrevistados.

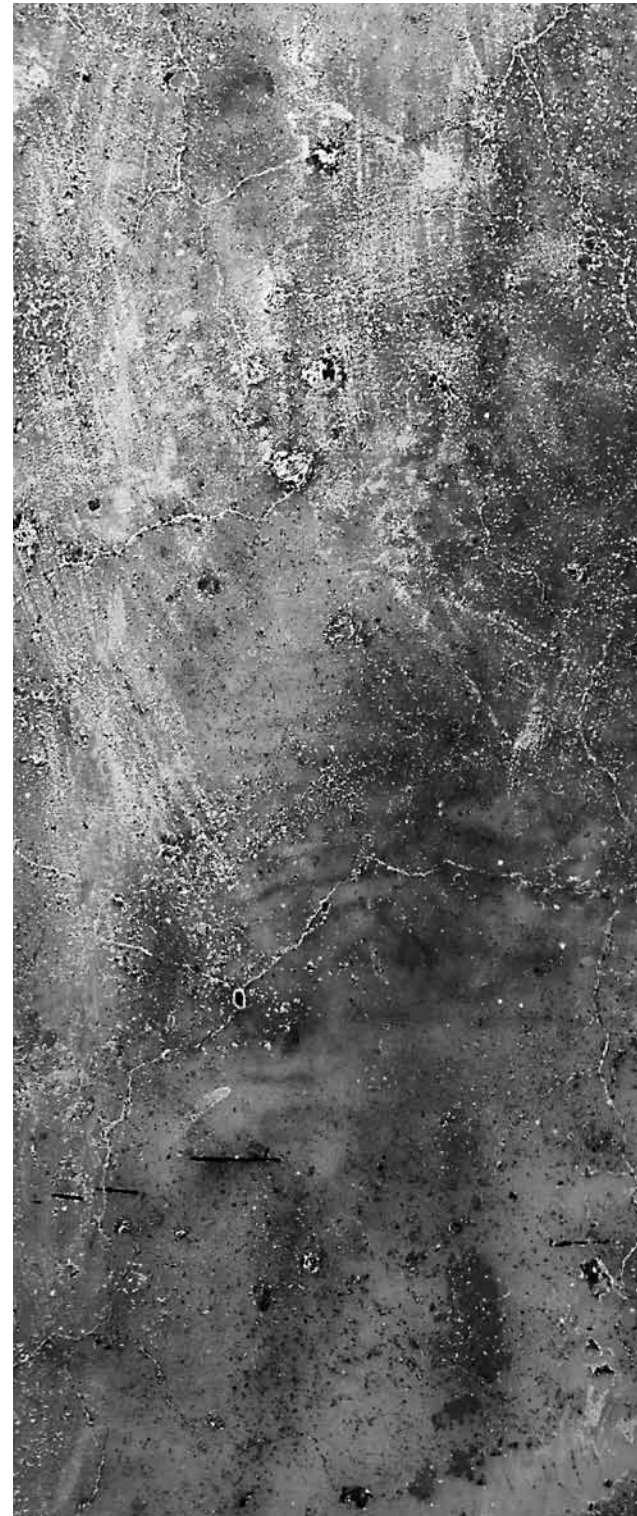
7 Maronita é um termo usado para designar a pessoa que pertence à Igreja Maronita, única igreja oriental ligada à Sé Apostólica Romana, apesar de apresentar algumas diferenças rituais. Esta igreja recebeu esse nome por ter nascido no mosteiro de São Maron, no norte da Síria, no séc.V (MAHFOUZ, 1991).

Eddy decidiu emigrar do Líbano pelo fator de expulsão político-religioso e tinha o objetivo de ajudar a família. Ele era militar e explica que, depois de os cristãos maronitas perderem, de fato, a guerra para os muçulmanos, ficar e se submeter a eles seria perigoso, como pode ser observado no seguinte relato:

Eddy: Eu fazia parte do exército libanês, eh, no qual eu ingressei com 14 anos e meio de idade. Aí eu fiz parte da guerrilha cristã do Líbano, durante sete anos. Em 1990 os cristãos no Líbano perderam a guerra para os muçulmanos e os muçulmanos foram apoiados pelos Estados Unidos que eles acabaram depois virando o maior inimigo deles, depois, né? Então nós perdemos a guerra e fomos muito perseguidos lá dentro do Líbano. Fomos transferidos para lugares longe, misturaram muito a gente, colocaram em situação de perigo novamente. Em 1993 eu resolvi sair de lá. Aí eu larguei o exército, inclusive eu troquei, tirei a minha farda do exército dentro do aeroporto e saí fugido de lá pra cá. [...]

[...] a gente que era do alto comando, pessoas que comandaram, mesmo, defesas, ataques, que era na ponta mesmo, éramos muito conhecidos, dávamos entrevista em rádio e televisão. Éramos muito vistos, assim, muito perseguidos, aliás, todo mundo prestava atenção e via, né? Era muito difícil a gente sair dos princípios nossos, largar os nossos ideais e o porquê carregou, é, porque trabalhou, porque carregou arma durante sete anos, né? E agora tá aceitando uma derrota dessa pra ficar lá. Eu não quis ficar.

Em sua fala, Eddy demonstra que a situação de guerra ou conflito civil ainda causa, como antes, a emigração. A fuga da repressão, do constrangimento e a busca pela liberdade e pela paz determinam a vinda de Eddy, assim como de alguns outros que conhecemos. Nunes (*ibidem*) declara que essa seria a terceira razão mais comum para a imigração para Goiás. Em outro trecho podemos observar no relato de Eddy que há facilidade em entrar no Brasil, o qual o fez vir para cá.



Eddy: Ainda bem naquela época não tinha um controle sobre os passaportes, quer dizer, quem era militar ainda, era época de bagunça, tinha acabado, eh, ainda estava tendo alguns conflitos, então não tinha nenhum controle sobre pessoas do exército com passaporte ou não, quem tinha passaporte ou não tinha. E eu tinha o meu passaporte escondido, consegui colocar o visto pro Brasil, e vim. Agora, vai falar, por que o Brasil? Porque foi o visto mais fácil que eu consegui. O mais rápido, né, pra sair. Então foi 1993 que eu resolvi vir e em questão de dez dias eu tinha definido a minha vinda e eu saí do jeito que estava mesmo, sem preparar nada.

Assim como hoje, não havia muitos obstáculos para a entrada no Brasil logo no início da imigração árabe, em comparação com a entrada nos Estados Unidos (TRUZZI, 2001). Através de relatos de imigrantes, Nunes (*ibidem*) também diz que era mais fácil entrar no Brasil do que nos Estados Unidos porque o nosso Serviço de Imigração não era muito exigente. Esse fato chegou aos ouvidos daqueles que queriam buscar a América e por isso muitos escolhiam desembarcar em terras brasileiras.

Eddy é empresário industrial, mas quando chegou a Goiânia mascateou, como ele mesmo diz, da maneira moderna:

Eddy: Eu comecei a mascatear, da maneira mais moderna hoje. Eu pegava umas roupas feitas, e pegava o ônibus, esse ônibus que vai pros bairros aqui de Goiânia, na época aí da, vamos falar em 17 anos atrás Goiânia não era tão desenvolvida como está hoje? A cada ano que passa desenvolve muito rápida a cidade. Eu levava roupas feitas no ônibus, ia e vendia nos bairros e voltava. Aí eu conseguia pagar meu aluguel da minha kitchenette que eu morava, consegui a minha independência [...] Depois comecei como representante comercial. Comecei a representar indústrias de alimentos aqui, desse segmento. Comecei assim.

Ele sente falta do lar, da estrutura familiar, mas ele se adaptou rapidamente aos costumes daqui e conseguiu sobreviver. Ele se casou em 1995 com uma descendente de segunda geração de libaneses. Ele mantém contato com a família no Líbano frequentemente, através de telefone e Internet, e diz que realizou seu objetivo de ajudar a família. A “estrutura familiar deles está muito boa” – as irmãs estão formadas e casadas, o irmão “bem encaminhado” e todos vivem muito bem. Ele pretende voltar para o Líbano, mas ao mesmo tempo está expandindo sua indústria e pensa em se naturalizar brasileiro, decisão que não tinha tomado até recentemente.

A segunda pessoa que entrevistei foi uma síria muçulmana a quem chamarei de Nabiha. Ela se casou com um primo goiano-libanês – descendente de segunda geração. Eles se casaram em 1996 na Síria e vieram para Goiânia onde a família de seu esposo já está toda estabelecida desde 1951, quando seu sogro, hoje falecido, chegou a Goiânia fixando residência e comércio em Campinas. Seu esposo, Samir, é profissional liberal⁸. (Samir contribuiu com ricas informações a respeito da imigração e aspectos culturais e por isso ele será mencionado e suas falas também serão usadas para exemplificações.) Ambos fazem questão de dizer que apesar de as pessoas falarem que tradicionalmente os casamentos entre parentes ou pessoas de mesma etnia são arrançados, com eles não aconteceu assim. Nabiha também fala com a família com frequência. Ela teve choque cultural no início de sua chegada em Goiânia, mas “só no início”; hoje não

8 Como é característico a partir da segunda geração, após a primeira ter se estabelecido, as ocupações começam a se diversificar e os interesses deixam de se restringir ao que o pioneiro buscava – cuidar do negócio e enviar ajuda aos familiares no país distante. Através da educação, os pais pioneiros querem garantir que seus filhos tenham mobilidade econômica e social (NUNES, 2000; TRUZZI, 2001).

se adaptaria à Síria, talvez ao Líbano, como afirma, por causa dos costumes um pouco mais parecidos com o Brasil. Ela ainda explica que

a criação está ficando diferente, cultura também está ficando diferente, então não adianta você pegar seus filhos e ir pra lá, pra dar no mesmo. Então já está aqui, já está acostumado aqui. Não tem ninguém, vamos supor, critica você, fica às vezes, eh, fala, não tem mais isso, a gente vai acostumando. Mas pra lá assim, não...

As adaptações ocorreram também para os hábitos religiosos, seguindo o que é possível, de acordo com o que os muçulmanos em Goiânia já fazem. Samir explica que seus pais e tio conseguiram fazer uma adaptação de forma muito “gostosa”, ou seja, agradável, sem causar traumas ou transtornos de convivência com pessoas de outras religiões. No Líbano e na Síria, assim como em outros países árabes, existe a segregação e, portanto, há setores delimitados destinados aos grupos religiosos. Eles são definidos ou se definem também por sua religião, como vimos anteriormente nos dados apresentados da pesquisa feita pela Universidade de Maryland. No Brasil, pelo fato de esta diferença entre opções religiosas não ser marcante, a ponto de haver segregação territorial, viver aqui é *tranquilo*, os católicos maronitas, os ortodoxos ou muçulmanos estão todos vinculados pela denominação *árabe*.

Samir: [...] essa conversa que a gente está tendo, às vezes lá, é um pouquinho complicado, a Nabiha, que veio de lá, às vezes, assim eu vejo muito isso, quando eu vou lá no Líbano, porque, assim, lá dificilmente você vê um muçulmano conversando com um católico, ou conversando com um ortodoxo, eles mesmos se separam. Lá existe isso, lá existe isso, então, gente, isso é muito vergonhoso. Porque a hora que você chega aqui, por exemplo, aqui no Brasil, nós somos brasileiros, ela é brasileira, eu sou brasileiro, você é brasileira, então acabou. Não existe isso porque a Juliana [minha prima que me acompanhou nesta entrevista], ela é espírita ou é católica, ou você é ortodoxa, ou você é evangélica. Não, não existe isso, mas lá ainda existe. Infelizmente ainda existe. Mas isso é cultural deles lá. Por isso que o pessoal fala assim “quando o árabe vem pro Brasil, que sente o cheiro do Brasil, do ar do Brasil apaixonou. E realmente é de se apaixonar porque aqui a gente vive super bem, a gente vive super tranquilo, ninguém te questiona da forma que você está usando, lá não. Então, lá assim, por exemplo, é raro, eh, sabe, eh, às vezes você vai em determinadas regiões, por exemplo,

Damasco, na Síria, ou até mesmo no Líbano, tem um setor só muçulmano, ali é um setor só de cristão, ali é um setor só de armênio, ali é um setor só de judeu. É segregado. As próprias pessoas, elas se segregam. E quando elas vieram pra cá, isso não acontece porque todo mundo é árabe.

Em certo momento da entrevista, eu pergunto a Nabihha sobre a questão de sofrer discriminação por usar o lenço para cobrir seus cabelos, já que o islamismo assim o pede às mulheres, ela diz, a princípio, que não, mas relata que já percebeu pessoas balançando a cabeça recriminando-a por isso, como a dizer que, nos dias de hoje, no calor da cidade, não é cabível usar o lenço. Ela diz que entende este julgamento e cita que há pessoas que às vezes só querem saber por que ela usa o lenço. Ela também relata alguns fatos ocorridos que demonstram que algumas pessoas, principalmente após o incidente nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, chegaram a discriminá-los. Mesmo assim, ela se mostra compreensiva e feliz de estar aqui e não quer mudar do Brasil.

Segundo Truzzi (*ibidem*, p. 115), na década de 20, sabendo que permaneceriam no Brasil, os imigrantes fundaram “sobre bases religiosas ou regionais” clubes e sociedades em uma tentativa de socializar e de resgatar ou preservar a sua cultura. Muitas instituições tiveram um curto período de existência, mas outras não, e podemos citar exemplos como o Clube Atlético Monte Líbano de São Paulo (fundado em 1934), o Esporte Clube Sírio em São Paulo (fundado em 1917) e o Hospital Sírio-Libanês em São Paulo (ideia surgida em 1921, sendo o primeiro prédio concluído em 1940)⁹. Outras capitais e cidades brasileiras também têm seus clubes e também têm instituições que possuem caráter filantrópico.

Em Goiânia, no entanto, a experiência de formar o Clube Monte Líbano de Goiás não foi bem-sucedida. Ele chegou a ser fundado em 1994. Foi presidido pelo conhecido médico Dr. Luiz Rassi, um dos fundadores da Faculdade de Medicina da UFG em 1960, onde foi professor titular de Cirurgia e chefe do departamento por 19 anos. Com pesar, ele relata em entrevista à *Revista Carta do Líbano* (RASSI, 2008) que o projeto de construção do clube não recebeu apoio integral da maioria da comunidade libanesa de Goiás. O objetivo era reunir as 15.000 famílias libanesas e sírias que Goiânia possivelmente tem, mas apenas havia cerca de pouco mais

⁹ As informações das instituições foram retiradas de seus sites.

de 200 sócios e muitos não concluíram o pagamento. Ele atribui que uma das causas do fracasso é a falta de sentimento pátrio das segundas e terceiras gerações, que, se observarmos, hoje, formam um número grande em comparação com os novos emigrados. Ele não acusa e explica, também, que a conjuntura nacional atual provocou o desinteresse e o desestímulo. Ele lembra que uma ação que ficou marcada durante o período de existência do Clube “foi a arrecadação de US\$ 52.000 para ajudar as vítimas da invasão israelense no Líbano, em 1996, a pedido do então embaixador Ghazi Chidiac. Foi a maior arrecadação da comunidade libanesa no Brasil” (idem, *ibidem*, p. 25).

As igrejas ou templos religiosos também são lugares que ajudam a manter os costumes e a unidade de grupo. Em Goiânia, a Igreja Ortodoxa São Nicolau, situada na Avenida República do Líbano, foi fundada em 1956 e surgiu com ela a Sociedade Ortodoxa Beneficente para atender pessoas carentes e ajudar o padre na paróquia (NUNES, *ibidem*). Atualmente, as gerações de descendentes árabes podem ter aulas do idioma de seus ancestrais na Igreja Ortodoxa. Os maronitas também possuem sua organização filantrópica de senhoras árabes – Associação Santa Mura, cujas reuniões são mensais. A Associação Maronita, que é composta pelos homens, também se reúne periodicamente, e hoje, são os filhos dos imigrantes que a dirigem. Há três anos, em setembro de 2007, o Arcebispo Maronita do Brasil, Dom Edgar Madi, veio a Goiânia e nesta ocasião se encontrou com o nosso Arcebispo Dom Washington Cruz e pediu que fosse instalada a paróquia maronita aqui. A Paróquia de São Marum está hoje na Igreja Mãe da Misericórdia, no Setor Sul e tem celebrações aos domingos, às 11h30min. Os muçulmanos não possuem uma mesquita em Goiânia, mas eles se reúnem,

principalmente nas datas especiais, em Trindade, onde se encontra um centro de divulgação da cultura islâmica.

As igrejas e as organizações procuram também manter a cultura árabe através de festividades. No ano de 2010, quando se comemorou os 130 anos de imigração árabe, pudemos ver a 1ª Mostra Mundo Árabe de Cinema em Goiânia, em agosto e, em setembro, a Semana da Cultura Árabe, esta promovida pela Igreja Ortodoxa e com apoio da Prefeitura de Goiânia, que a incluiu na 1ª Grande Revirada Cultura de Goiânia. Nessa ocasião, estiveram presentes os embaixadores da Palestina, do Iraque, da Síria e do Líbano, ou os seus representantes. Tais eventos contribuem para a manutenção da identidade árabe e, principalmente, para a integração dos diversos grupos que residem na cidade, independentemente da região de onde vêm ou da religião que professam.

Um sentimento de gratidão dos imigrantes à nova pátria, que é relatado por Truzzi (2007), também é observado em meus entrevistados. Eddy fala que seu tio lhe ensinou que ele deve retribuir o que recebe aqui doando cestas básicas a quem precisa. Ele dá valor à terra que o recebeu.

Eddy: Temos muito orgulho e temos muita gratidão também, essa terra. Eu acho que essa terra, ela nos deu, eu sempre falo, ela me, aqui me deu muito mais do que eu tive na minha terra natal. Por isso que eu não tenho diferença entre aqui e lá. Pra mim tanto faz. Aqui é a nossa terra também, não é. Aqui nós fomos muito bem recebidos, né? Nós devemos favor a eles. E tem um tio meu que mora aqui há muitos anos ele me ensinou uma coisa, é, ele falou, “Faz o seguinte, sempre no final do mês pega, compra umas cestas básicas, alguma coisa e doa pra alguém que precisa, que necessita, porque afinal de contas a tua economia é gerada por ele. Ele tá colaborando com você, mesmo não tendo

o que comer; ele colabora com você”. Isso já vem, o cara que sabe mesmo, que dá valor no plantio dele, que ele plantou, a gente plantou, fez um plantio, deu, que deu muito sucesso, que a terra é boa, né? Semente é boa, a terra é boa, tudo, né?

Eddy expressa que o imigrante árabe sente que o Brasil também é seu país. Nabiha diz que aqui é muito bom de se viver. E repito aqui um trecho de Samir a respeito de como o árabe vê nosso país.

Samir: o pessoal fala assim “quando o árabe vem pro Brasil que sente o cheiro do Brasil, do ar do Brasil apaixonado”. E realmente é de se apaixonar porque aqui a gente vive super bem, a gente vive super tranquilo, ninguém te questiona da forma que você está usando, lá não.

Entendemos que o Brasil se torna particularmente importante para os imigrantes pelas oportunidades de ascensão socioeconômicas e também pela segurança que lhes dá viver sem os fantasmas de todo tipo de aflição. A seguinte fala de Eddy pode ilustrar isso.

[...] por pior que tá a situação nossa hoje aqui no país, no Brasil, vamos dizer, questão de segurança, que todo mundo sabe que a segurança nossa aqui é muito falha, né? Mas eu gostei porque eu me sentia seguro aqui. Eh, sentia, tinha paz aqui, porque eu vivi numa situação totalmente complicada, vivia em situação de guerra, em situação de conflito direto ali [no Líbano], né? Chega aqui, tranquilo, o povo passivo, [...].

Os relatos nos ensinam muito sobre o imigrante árabe, sua garra e disposição em trabalhar para alcançar seus objetivos. Nós temos de aprender, com esses exemplos, a entender os povos que aqui vêm e, ao mesmo tempo, a entender nosso próprio povo em suas diferenças. O imigrante se adaptou ao Brasil, tentando resguardar sua

família, e, ao mesmo tempo, manter suas raízes. Nem sempre é fácil se agarrar a elas pela grande influência que o país adotivo exerce e pelas circunstâncias que a socialização impõe para a sobrevivência. Mas muitos imigrantes conseguiram permanecer, pois o país que os acolhe permite que eles vivam de tal forma que a saudade seja suportada. O país que os acolhe lhes dá alegrias, e eles retribuem enriquecendo nossa economia e cultura.

Referências

Carta na Escola, São Paulo, n. 40, outubro 2009.

EDDÉ, E. *O Líbano através dos séculos* – tomo I. Rio de Janeiro: Edição do Centro Cultural da Missão Libanesa Maronita do Brasil, 2001.

MAHFOUZ, J. *Os Maronitas*. Um marco na história. São Paulo. 1991. Trad. Norberto de Paula Lima, título original: *Précis D’Histoire de L’Église Maronite*.

NUNES, H. P. *A imigração árabe em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

PRUDENTE, M. P. *Das montanhas ao cerrado: recortes sociolinguísticos da comunidade árabe em Goiânia*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RASSI, L. Boas intenções não bastam. *Carta do Líbano*, São Paulo, n. 103, p. 24-25, 2008.

TRUZZI, O. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 110-40, 2001.

TRUZZI, O. Presença árabe na América do Sul. *História Unisinos*, v. 11, n. 3, p. 359-66, set./ dez. 2007.

WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. *ALCEU*, v. 1, n. 2, p. 155-80, jan./ jul. 2001.